

**59.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2007,
ÀS 10 HORAS**

PRESENTES: O Senhor Presidente, Rui Fernando da Silva Rio que presidiu, o Senhor Vice-Presidente Álvaro António Magalhães Ferrão Castello-Branco e os Senhores Vereadores Lino Joaquim Ferreira, Vladimiro Mota Cardoso Feliz, Matilde Augusta Monteiro da Rocha Alves, Manuel Moreira de Sampaio Pimentel Leitão, Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves, Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro, Palmira dos Santos Macedo, João Pedro Matos Fernandes, Miguel von Hafe Cunha Pérez, Ana Maria Silva Pereira e Rui Pedro de Araújo Sá.

Secretariou a reunião a Senhora Chefe da Divisão Municipal de Secretariado e Apoio Administrativo, Raquel Maia.

1. Apreciação da actividade desenvolvida pela PortoVivo – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA

O Senhor Vereador Manuel Pizarro pediu a palavra e disse que considera necessário, a Câmara acompanhar a actividade da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana – Porto Vivo e ter uma informação atempada e rigorosa sobre a sua actividade.

Referiu-se à dificuldade da Porto Vivo intervir num miolo muito degradado do Centro Histórico do Porto.

Considerou inaceitável a criação de um mecanismo de investimento para a reabilitação do Centro Histórico que conduza ao afastamento da população mais empobrecida da Cidade, que manteve e mantêm o Centro Histórico vivo. Perguntou se existem mecanismos à disposição da Porto Vivo que permitam assegurar a permanência da referida população.

Referiu-se à forma como a CMP – Câmara Municipal do Porto lida com os inquilinos das casas municipais do Centro Histórico.

Na sua opinião, é necessário um instrumento institucional diferente que permita uma intervenção no Centro Histórico. Por essa razão, votou contra a extinção da Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico do Porto, que fazia a interface adequada entre a CMP, o Estado e as instituições locais.

Lembrou a sua proposta de criação de uma cooperativa de interesse público para fazer a intervenção no Centro Histórico.

Perguntou como estão a decorrer os principais projectos da Porto Vivo.

Disse que o PS apoia o projecto de reabilitação urbana do Porto, o que não significa que concorde com todos os pormenores.

Considerou um erro profundo não instalar uma segunda loja do cidadão no Porto, na Praça de Lisboa.

Chamou a atenção para a questão das coberturas das ruas comerciais, que tem de ser discutida com mais profundidade.

Abordou a questão da lei das rendas.

Disse que não podem aceitar soluções que apouquem o Porto do seu ponto de vista negocial, e este é um risco do actual modelo da SRU, no qual o accionista maioritário é o Estado e não a Câmara. Referiu que os Vereadores do PS defenderam sempre que o accionista maioritário do modelo da SRU devia ser a CMP.

Considerou que tem de haver financiamento público a fundo perdido para que seja possível garantir habitação para as pessoas insolventes.

Abordou a questão das expropriações, dizendo que reconhece ser necessário tomar medidas, em termos legais, para proteger os proprietários.

Realçou a disponibilidade dos Senhores Administradores da SRU.

O **Senhor Vereador Rui Sá** disse que considera que uma matéria desta importância exige um debate mais alongado.

Disse que seria importante fazer um ponto da situação da intervenção da SRU no terreno. Considerou igualmente importante saber de que forma as verbas, que foram disponibilizados à SRU, tem vindo a ser utilizadas.

Considerou fundamental ouvir o Conselho de Administração da SRU.

Lembrou que os deputados do Partido Comunista propuseram, em sede de discussão do orçamento para 2008, a atribuição de verbas para a construção da segunda

loja do cidadão no Porto e que todos os outros partidos, à excepção do Bloco de Esquerda, votaram contra.

Revelou que é muito crítico em relação ao modelo legal que permitiu a criação das sociedades de reabilitação urbana e ao modelo institucional, que foi adoptado no Porto, de criação de uma sociedade anónima de capitais públicos.

Na sua opinião, o Senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, que é administrador da SRU, devia periodicamente informar a Câmara sobre as decisões mais importantes que vão sendo tomadas pela SRU.

Referiu-se ao projecto para a Rua dos Mercadores.

Na sua opinião, o que tem vindo a ser definido como prioridades de intervenção, não tem em linha de conta as prioridades estratégicas de cidade definida politicamente pela Câmara, mas os interesses privados de determinados empreendedores.

Abordou a questão dos quarteirões da Praça D. João I e das Cardosas.

Mostrou-se preocupado com os processos expropriativos.

Disse que o processo de reabilitação do Centro Histórico é extremamente complexo, moroso e requer verbas avultadas, e não é a iniciativa privada que vai ser o motor fundamental da reabilitação do Centro Histórico do Porto, mas os dinheiros públicos.

Propôs que fossem facultados a todos os Vereadores os Planos de Actividades, as Contas de Gerência e os Relatórios de Gestão da SRU.

Abordou a questão dos comerciantes dos quarteirões em reabilitação.

Agradeceu ao Conselho de Administração a disponibilidade que sempre manifestou.

O membro do Conselho de Administração da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana – Porto Vivo, Senhor Dr. Joaquim Branco fez a apresentação do estado actual dos projectos da SRU.

Explicou o caso da Rua dos Mercadores.

Disse que o projecto da SRU é um projecto de mudança e não de reabilitação prédio a prédio.

Agradeceu todo o apoio que sempre lhes foi dado, dizendo que foi muito gratificante ter participado neste projecto.

O **Senhor Presidente** perguntou quantos prédios individuais foram licenciados para reabilitação.

Disse que o Governo não autoriza a instalação de uma segunda loja do cidadão no Porto.

O **Presidente do Conselho de Administração da SRU, Senhor Dr. Arlindo Cunha** respondeu que foram cerca de 100 licenciamentos.

Disse que iriam entregar ao QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional os projectos da Porto Vivo. Lembrou que o QREN tem novas modalidades de candidatura e de decisão que não reconhecem devidamente a especificidade da Cidade do Porto.

Reconheceu que a prioridade social e económica, e o interesse imobiliário é diferente para o Centro Histórico.

Referiu que intervir no Centro Histórico sem uma definição de investimentos fundamentais do espaço público e, principalmente, de novos instrumentos de financiamento de intervenção em prédios privados não traz benefícios.

Disse que a SRU tem tudo preparado para avançar assim que as definições de financiamento sejam feitas.

Explicou que, em relação a questão das expropriações, a lei dá dois meses para celebrar os contratos de reabilitação com os proprietários.

Esclareceu a questão das expropriações.

Referiu que fizeram propostas de revisão da lei das SRU's, que enviaram ao Secretário de Estado.

Disse que as propostas nos documentos estratégicos resultam de um estudo sobre as funcionalidades e a sustentabilidade da solução e de acordo com o que a lei permite às SRU's.

Referiu, em relação às expropriações, que também se preocupam com as populações e tentam sempre evitar a expropriação litigiosa.

O **membro do Conselho de Administração da SRU, Senhor Eng. Rui Queilhas** explicou a situação do quarteirão da Praça D. João I.

Foram prestados esclarecimentos.

Votação da minuta da acta.

Aprovada, por unanimidade.

Em anexo à presente acta fica arquivada a gravação em disco compacto (CD-rom áudio) respeitante a esta reunião.

A presente acta depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da lei.

O PRESIDENTE,